



COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA-RIO

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31/12/2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por lote de mil ações)
 Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento à legislação vigente, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Balanços patrimoniais			Demonstrações dos resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Ativo		947.922	1.188.360	Receita operacional líquida	14	263.960	266.327	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Circulante		30.818	23.961	Amortização de intangível	6	(276.451)	(126.936)	Prejuízo do exercício antes do IR e CSLL	(187.046)
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	8.010	4.882	Custo de construção		(8.033)	(10.349)	Ajustes conciliadores às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais	(85.078)
Reserva em conta vinculada	3.b	4.901	1.864	Operação de rodovias		(28.246)	(31.817)	Amortização e depreciação	280.434
Contas a receber	4	13.956	12.085	Custos com pessoal		(24.117)	(21.801)	Provisão (reversão) para perdas	855
Adiantamento a fornecedores		273	457	Manutenção e conservação		(24.186)	(24.661)	Outras receitas	-
Impostos a recuperar		1.961	1.792	Gastos subsidiária KM 81		(4.141)	(7.659)	Baixa de intangível	-
Despesas antecipadas		378	335	Total custo dos serviços prestados		(365.174)	(223.223)	Apropriação de juros de mútuo e financiamentos	20.932
Outros créditos		1.339	2.546	(Prejuízo)/Lucro bruto		(101.214)	43.104	Apropriação de juros de debêntures e notas promissórias	14.183
Não circulante		917.104	1.164.399	Gerais e administrativas		(26.057)	(61.864)	Apropriação de juros	3.211
Depósitos judiciais	13.a	964	6.978	Depreciação do imobilizado	5	(3.983)	(3.950)	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	9.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	80.378	33.162	Outras receitas operacionais		257	3.243	Receitas diferidas	(794)
Ativo de direito de uso		383	-	Total das despesas gerais e administrativas		(40.547)	(74.635)	Varição em ativos e passivos operacionais	
Imobilizado	5	4.725	-	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(141.761)	(31.531)	(Aumento líquido/diminuição) dos ativos	
Intangível	6	306.562	299.027	Resultado financeiro, líquido	15	746	527	Contas a receber de clientes	(1.871)
Intangível em construção	6	524.092	825.232	Receitas financeiras		(46.031)	(54.074)	Impostos a recuperar	(169)
Passivo e patrimônio líquido		947.922	1.188.360	Despesas financeiras		(45.285)	(53.547)	Despesas antecipadas	(43)
Circulante		336.478	243.872	Resultado antes do I.R. e da C.S.		(187.046)	(85.078)	Bloqueio judicial	-
Empréstimos e financiamentos	7	81.805	18.076	Imposto de renda e contribuição social	11.b	63.297	27.654	Outros valores a receber	7.405
Debêntures e notas promissórias	8	96.545	96.715	Diferido		63.297	27.654	Bloqueio c/vinculada	(3.037)
Fornecedores		24.032	33.033	Prejuízo do exercício		(123.749)	(57.424)	Aumento líquido/diminuição) dos passivos	
Partes relacionadas	9	98.611	79.294	Quantidade de ações (lotes de mil)		24.206	15.856	Fornecedores	(9.001)
Salários, provisões e encargos sociais		5.575	5.806	Prejuízo por ações-R\$		(5.111)	(3.62)	Salários, provisões e encargos sociais	(231)
Impostos, taxas e contribuições	10	24.862	7.330	Demonstrações do resultado abrangente				Impostos, taxas e contribuições	12.916
Receitas diferidas, líquidas		1.995	2.297	Prejuízo do exercício		(123.749)	(57.424)	Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	2.752
Arrendamento mercantil		345	-	Realização dos custos atribuídos		26.979	25.778	Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	148.941
Outras obrigações		2.708	1.321	Efeito líquido do valor justo de ativos		11.320	-	Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Não circulante		427.907	626.947	Total dos resultados abrangentes		(85.450)	(31.646)	Aquisição de bens do intangível e imobilizado	(8.347)
Empréstimos e financiamentos	7	207.928	282.001	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.347)
Debêntures e notas promissórias	8	16.070	112.490	Capital a int- acumula- avaliação		297.162	-	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Partes relacionadas	9	29.068	44.486	Capital a int- acumula- avaliação		(14.444)	-	Integralização de capital	1.065
Impostos, taxas e contribuições	10	4.276	5.681	Capital a int- acumula- avaliação		11.344	-	Contas a pagar companhias ligadas	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	112.713	134.627	Capital a int- acumula- avaliação		-	(57.424)	Pagamentos de arrendamento mercantil	(382)
Provisões para contingências	13.b	56.386	47.086	Capital a int- acumula- avaliação		-	(26.979)	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(109.733)
Receitas diferidas, líquida		84	576	Capital a int- acumula- avaliação		-	(11.320)	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(14.080)
Arrendamento mercantil		61	-	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Juros e remunerações pagas sobre debêntures e notas promissórias	(14.352)
Outras obrigações		1.321	-	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(137.466)
Patrimônio líquido	12	183.537	317.541	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	3.128
Capital social		309.571	308.506	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.882
Ajuste de avaliação patrimonial		20.064	58.363	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.010
Prejuízos acumulados		(146.098)	(49.328)	Capital a int- acumula- avaliação		-	(123.749)	Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	3.128

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 16/10/1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. ("Concer", "Companhia" ou "Concessionária"), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 1º/03/1996, data da transferência do controle da rodovia para a Concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rua Almirante Grenfell, 405-Bloco Vermelho-2 e 3 andares-Vila São Luiz-Duque de Caxias-Rio de Janeiro-RJ. O regime jurídico do Contrato de Concessão confere à Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindindo, fiscalizar a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da Concessionária, ou seja, deverá ser mantida a equação econômica e financeira do Contrato de Concessão originariamente firmado. A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Concessionária. Extinta a concessão, reverterá à ANTT todos os bens transferidos para a Administração da Concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas diretas ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT. Em caso de extinção, a Concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão. Em 30/04/2014, foi firmado junto ao Poder Concedente, o décimo segundo termo aditivo ao contrato de concessão ("12º Aditivo"), tendo como objeto a inclusão de novos investimentos em complementação à verba já inicialmente prevista para a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis ("NSS") constante do Programa de Exploração Rodovia ("PER") e dispor sobre a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro mediante aportes de recursos do Poder Concedente por meio da ANTT ou, em caso de não realização de forma tempestiva e adequada desses, por meio de extensão do prazo do contrato de concessão, consoante se extrai da cláusula 2.4. Como metodologia de recomposição da equação econômico-financeira da Concessão, o 12º Aditivo determina o aporte de recursos pela União por meio da ANTT, sendo fixados os montantes de cada um dos aportes, bem como a data para a sua realização. De forma alternativa e em caso de inadimplemento da obrigação financeira a cargo da União, o 12º Aditivo estabelece o reequilíbrio por meio de extensão de prazo contratual (até dezessete anos e meio), conforme parâmetros fixados no referido termo de aditamento. Até a presente data os aportes pactuados no 12º Aditivo não foram materialmente honrados. Em consequência do inadimplemento da União, combinada aos procedimentos de auditoria instaurados pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), a obra da NSS encontra-se paralisada desde agosto de 2016, ainda sem previsão de retomada. Para efeitos de realização do estudo de recuperabilidade do ativo de longo prazo, a Companhia valeu-se do direito ao equilíbrio contratual dos valores já investidos, e face à incerteza sobre os valores e prazos para os aportes por parte do Poder Concedente, assumiu em sua modelagem apenas as premissas de extensão de prazo de concessão, conforme seção 2.4 do 12º Aditivo. A Administração, em sua modelagem conclui que o ativo de longo prazo será recuperado dentro do prazo definido no 12º Aditivo. Sendo assim, a Companhia trabalhará para o total reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Caso a recomposição da equação econômico-financeira materialize-se por metodologia diversa a da extensão de prazo contratual prevista no 12º Aditivo a Administração da Companhia efetuará análise tempestiva dos seus efeitos e, em caso de extensão, o estudo de realização do ativo de longo prazo será baseado na extensão supracitada. Em 24/07/2018 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a instauração do Processo Administrativo Ordinário nº 50500.175818/2017-79, para a apuração de suposto inadimplemento contratual pela Concer. A Companhia em 18/10/2018 protocolou sua defesa junto ao Poder Concedente e tem convicção que segue cumpridora de suas obrigações contratuais, o que deverá resultar demonstrado no respectivo processo. **Acordo sob Condições Resolutivas ("Acordo de Credores Seniores"):** Em 21/07/2017 foi assinado o Acordo de Credores Seniores sendo definidos os termos e condições para amortização e operacionalização dos pagamentos das Notas Promissórias e das Debêntures vencidas em 16/01/2017. Em 16/08/2017 foi assinado o 1º Aditivo ao Acordo de Credores Seniores, sendo alterada a operacionalização do pagamento, por meio de retenção parcial de recursos em conta vinculada, até os limites de cada parcela de amortização. O 1º Aditivo ao Acordo sob Condições Resolutivas prevê que o pagamento da dívida será realizado em 43 parcelas, consecutivas, iniciando-se em 26/08/2017 até 26/02/2021, todo o dia 26 de cada mês, por meio do sistema SAC (Sistema de Amortização Constante), o que viabilizará a liquidação integral dos débitos no período de vigência da concessão, (vide nota explicativa 8). Com efeito, está previsto reserva em conta de depósito vinculada, permanecendo retidos os valores correspondentes à soma das parcelas de principal da dívida e de juros pagas no mês imediatamente anterior. O montante excedente é liberado imediatamente em favor da Companhia. Em 31/12/2019 o montante reservado em conta vinculada é de R\$4.901 (vide Nota Explicativa no 3.b). No final do exercício de 2019 foram pagos R\$ 96.420 de principal e R\$ 14.352 de juros e multas, restando 14 parcelas que finalizarão em fevereiro de 2021 conforme consta no 1º Aditivo ao Acordo sob Condições Resolutivas. **Plano de Recuperação Extrajudicial (suspensão em janeiro de 2020):** Tendo em vista os eventos relevantes ocorridos nos anos de 2016 e 2017, em 22 de julho de 2017, a controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Controladora") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, com a anuência dos acionistas controladores, a Triunfo e suas subsidiárias: Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio ("Concer"), Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra"), NTL-Navegação e Logística S.A. ("NTL"), Dable Participações Ltda. ("Dable") e Vessel-Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel-Log"), ajuizaram pedido de homologação de planos de recuperação extrajudicial. Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros e não envolvem fornecedores e funcionários, tendo como objetivo a equalização e o repasse de suas dívidas financeiras, denotando assim, disciplina de capital que oportunize a liquidação dos respectivos passivos em aderência temporal aos prazos de concessão. Em 25/07/2017 foi proferida decisão referente ao processamento do pedido de homologação da recuperação extrajudicial da Triunfo e suas subsidiárias, dentre elas, a Concer. Em 9/02/2018, foi proferida sentença de homologação do Plano de RE pelo Poder Judiciário, passando os bancos não signatários a figurar como Credores Abrangidos estando, por consequência, submetidos aos termos do referido plano a partir do momento da publicação em 19/02/2018 e de forma retroativa a sua data-base em 25/07/2017. Em 20/03/2018, o acionista Triunfo, em cumprimento as determinações de seu Plano de RE, promoveu o Leilão Reverso, que representa uma moda-

Normalmente de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos - Contratos de Concessão - ICPC 01 (R1):** A Companhia contabiliza os Contratos de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)-Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessação de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão. Conforme apresentado na nota explicativa 1, o Poder Concedente se comprometeu em financiar a construção da NSS. Face à inadimplência do Poder Concedente, conforme previsto no 12º Aditivo ao Contrato de Concessão, na seção 2.4, a Companhia terá o direito de se recuperar através da extensão de prazo de concessão, via tarifa de pedágio. Até marco de 2016 a construção da NSS, não prevista no PER, foi contabilizada em contrapartida ao ativo financeiro. Após essa data, em observância à orientação prevista no ICPC 01 (R1)-Contrato de Concessão, está contabilizada como ativo intangível (nota explicativa 6). As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações financeiras. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **Perda por redução de valor recuperável de ativos não financeiro:** A Companhia avalia, a menos uma vez em cada exercício, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação pelas operações como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Conforme requerido pelo CPC 01, mensuramos o valor recuperável da operação na Companhia, com base no método do ativo em uso, utilizando a prática do fluxo de caixa descontado a valor presente. Para desconto do fluxo de caixa foi utilizado o custo médio ponderado de capital (WACC), pois a Concer utiliza capital de terceiros (empréstimos e financiamentos) para financiar suas operações. Com base nas premissas e procedimentos descritos, a Companhia avaliou que o valor recuperável da operação em 31/12/2019 é de R\$ 830.654. O valor apurado é inferior ao saldo de ativo intangível registrado na mesma data, portanto identificamos a necessidade do registro da provisão para perda de seus ativos no montante de R\$ 17.152. Por se tratar de ativo reavaliado, em consonância com o tópico 60 do pronunciamento contábil CPC- 01/IAS-36, este ajuste apresentará efeito líquido em "outros resultados abrangentes" no montante de R\$ 11.320, abatido do efeito dos tributos diferidos. **Aprimoramento de prática contábil - Amortização do Intangível em construção:** A Administração procede continuamente a avaliação do cenário de operação das empresas concessionárias considerando, entre outros aspectos, variáveis como o período de concessão remanescentes, obras e investimentos executados e a executar, revisões tarifárias, evolução das discussões e ações junto ao poder concedente e outras entidades. Além disso, no exercício de 2019, foram disponibilizadas, em função de novos levantamentos e aprimoramento de controles, informações que anteriormente não estavam disponíveis relacionadas a segregação de valores entre "intangível" e "intangível em construção". Como resultado da avaliação desse conjunto de informações, a Administração identificou ser necessária o aprimoramento do critério adotado para a amortização referente aos ativos intangíveis em construção relacionados aos gastos previstos no Plano de Exploração da Rodovia ("PER"), concluindo pela necessidade de alteração no método de amortização dos ativos relacionados ao PER, uma vez que parte dos investimentos já estão reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente. Desta forma, referidos gastos passaram a ser amortizados no momento de sua realização, pois já se tem a garantia do direito ao pagamento, e não mais no momento de conclusão das obras, pela definição de ativo disponível para uso. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 6. **2.5. Adoção de novos pronunciamentos contábeis:**



COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA-RIO

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2018, apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31/12/2019 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva quanto ao pedido de recuperação extra judicial, parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional da Companhia e ênfases quanto a investigações em curso, recuperação extra judicial e representação das demonstrações contábeis do exercício anterior, datado de 8/05/2019. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aque-

les com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11/03/2020.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ;
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - RJ.

Id: 2258013

Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.

CNPJ: 21.869.008/0001-69

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		Demonstração do fluxo de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Ativo	443.264	441.121						
Circulante	70.676	66.229	Receita operacional líquida	55.333	71.941	Fluxos de caixa das atividades operacionais	35.621	52.510
Caixa e equivalentes de caixa	9.057	7.983	Custo de operação	(14.549)	(15.478)	Lucro líquido do exercício		
Contas a receber de clientes	54.726	50.959	Lucro operacional bruto	40.784	56.463	Ajustes por		
Crédito com partes relacionadas	6.489	6.974	Despesas operacionais			Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	7	7
Impostos a recuperar	82	8	Despesas gerais e administrativas	(4.450)	(1.810)	Encargos sobre obrigações por arrendamentos	690	-
Outros créditos	322	305	Total despesas operacionais	(4.450)	(1.810)	Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	370	-
Não circulante	372.588	374.892	Lucro antes do resultado financeiro	36.334	54.653	Depreciação e amortização	12.837	5.126
Imobilizado	357.447	359.221	Resultado financeiro				49.525	57.643
Intangível	15.141	15.671	Receitas financeiras	3.804	3.044	(Aumento) redução de ativos		
Passivo	443.264	441.121	Despesas financeiras	(1.741)	(2.166)	Créditos com partes relacionadas	485	(2.557)
Circulante	16.349	47.466	Total do resultado financeiro	2.063	878	Contas a receber de clientes	(4.137)	(50.959)
Fornecedores	1.047	1.507	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.397	55.531	Impostos a recuperar	(74)	(8)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.125	1.484	Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.776)	(3.021)	Outros créditos	(17)	(1)
Obrigações por arrendamento	144	-	Lucro líquido do exercício	35.621	52.510	Aumento de passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	361				Fornecedores	(460)	(37.016)
Dividendos a pagar	8.460	11.615				Impostos, taxas e contribuições a recolher	(359)	(637)
Débitos com partes relacionadas	5.290	32.199				Débitos com partes relacionadas	(26.909)	10.080
Outras contas a pagar	283	300				Outras contas a pagar	(16)	371
Não circulante	7.101	1.002				Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(14)	-
Obrigações por arrendamento	4.930	-				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	18.024	(23.084)
Provisão para desmantelamento	2.171	1.002				Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Patrimônio líquido	419.814	392.653				Aplicações no intangível e imobilizado	(4.319)	(29.695)
Capital social	355.362	344.942				Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(4.319)	(29.695)
Reserva legal	4.226	2.445				Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Reserva para reforço de capital de giro	60.226	34.846				Aumento de capital	-	49.950
Total do patrimônio líquido	419.814	382.233				Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.420
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.420				Captação de empréstimos e financiamentos	-	354
						Amortização de empréstimos e financiamentos	(354)	-
						Pagamento de obrigações por arrendamentos	(662)	-
						Dividendos pagos	(11.615)	-
						Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	(12.631)	60.724
						Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.074	7.945
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.983	38
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.057	7.983
						Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.074	7.945

Id: 2258082

Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.

CNPJ: 10.450.474/0001-99

Balanco patrimonial em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)		Demonstração do resultado em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)		Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)				
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Ativo Circulante	1.468	1.747	Receita (despesas) operacionais	(714)	(870)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	212	-
Caixa e equivalentes de caixa	4.018	3.971	Despesas gerais e administrativas	1.002	968	Lucro líquido do exercício		
Créditos com partes relacionadas	136	176	Resultado de equivalência patrimonial	-	7	Ajustes por		
Impostos a recuperar	220	-	Outras receitas	288	105	Depreciação	134	134
Dividendos a receber	5.747	1.440	Total das receitas (despesas) operacionais	288	105	Provisão para riscos trabalhistas	157	-
Outros créditos	11.589	7.334	Lucro operacional antes do resultado financeiro	288	105	Atualização financeira de provisão de riscos trabalhistas	32	-
Total do ativo circulante	11.589	7.334	Resultado financeiro			Resultado de equivalência patrimonial	(1.002)	(968)
Não circulante	2.389	467	Receitas financeiras	42	43	(Aumento) redução de ativos		
Depósitos judiciais	250	250	Despesas financeiras	(32)	(146)	Créditos com partes relacionadas	(47)	3.419
Bens destinados à alienação	15.850	16.136	Total do resultado financeiro	10	(103)	Depósitos judiciais	(1.922)	(176)
Investimentos	848	970	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	298	2	Impostos a recuperar	40	(25)
Intangível	3	3	Imposto de renda e contribuição social correntes	(86)	(2)	Outros créditos	(4.307)	(1.234)
Total do ativo não circulante	19.340	17.826	Lucro líquido do exercício	212	-	Aumento (redução) de passivos		
Total do ativo	30.929	25.160	Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)	2019	2018	Fornecedores	4.429	19
Passivo Circulante	4.492	63	Lucro líquido do exercício	212	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	39	(170)
Fornecedores	39	-	Outros resultados abrangentes	(1.068)	444	Débitos com partes relacionadas	(31)	32
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.686	8.717	Resultados abrangentes do exercício	(856)	444	Outros passivos	(1)	27
Débitos com partes relacionadas	6	7	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)			Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(2.267)	1.058
Outros passivos	13.223	8.787	Prejuízos sociais	33.124	(18.854)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Total do passivo circulante	190	1	Outros resultados abrangentes	350	-	(Adição) Baixa de ativo imobilizado	(12)	96
Não circulante	190	1	Resultados abrangentes do exercício	-	-	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(12)	96
Provisão para riscos trabalhistas	190	1	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2019 e 2018 (Em MRS)			Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Total do passivo não circulante	190	1	Saldos em 31/12/2017	33.124	(18.854)	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.000	350
Patrimônio líquido	33.474	33.474	Integralização de capital	-	-	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.000	350
Capital social	684	1.752	Variação de participação em investidas	-	434	Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(279)	1.504
Outros resultados abrangentes	(18.642)	(18.854)	Prejuízo do exercício	-	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.747	243
Prejuízos acumulados	15.561	16.372	Saldos em 31/12/2018	33.474	(18.854)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.468	1.747
Total do patrimônio líquido	2.000	-	Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	-			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.516	16.372	Variação de participação em investidas	-	(1.068)			
Total do patr. liq. e adiantamento p/futuro aumento de capital	17.516	16.372	Lucro do exercício	212	-			
Total do passivo e do patrimônio líquido	30.929	25.160	Saldos em 31/12/2019	33.474	(18.642)			

Id: 2258076

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 33.000.118/0001-79 - NIRE 33 300 15258-0
EXTRATO DO ITEM (2) DA ATA DA 513ª REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2020. Na qualidade de secretária da reunião de Diretoria, CERTIFICO que o item (2) da Ordem do Dia da Ata da Reunião de Diretoria da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") realizada às 19h, do dia 31 de janeiro de 2020, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, no Rio de Janeiro - RJ, possui a seguinte redação: "Quanto ao item (2) da Ordem do Dia, os Diretores aprovaram a constituição dos seguintes consórcios: (a) **CONSORCIO DADOS SEDI GO PE 01/2019**, estabelecido na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Lavradio, n.º 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070, tendo como participantes a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi"), líder do consórcio, com participação de 78% (setenta e oito por cento), a Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), com participação de

20% (vinte por cento), e a Companhia, com participação de 2% (dois por cento), para prestação dos serviços licitados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2019, promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás, quais sejam, serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados das aplicações corporativas do estado de Goiás, tráfego de voz e imagens, videoconferência e acesso à Internet, para interligação de unidades prediais em todo o território do Estado de Goiás, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, pelo prazo de 30 (trinta) meses. O valor do contrato pelos 30 (trinta) meses é de R\$ 94.667.767,80 (noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos); (b) **CONSORCIO SEINFRA/ CEARÁ INTEGRADO VII**, estabelecido na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Lavradio, n.º 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070, tendo como participantes a Companhia, líder do consórcio, com participação de 90% (noventa

por cento), a Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), com participação de 9% (nove por cento), e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi"), com participação de 1% (um por cento), para prestação dos serviços licitados pela Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Ceará (Contrato Emergencial 7), quais sejam, serviços telefônicos fixo comutado - STFC, nas modalidades, longa distância nacional intra regional, longa distância internacional e serviço móvel pessoal - SMP (integração móvel e fixo), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, pelo prazo de 6 (seis) meses. O valor do contrato pelos 6 (seis) meses é de R\$ 11.218.887,49 (onze milhões, duzentos e dezotoito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos); (c) **CONSORCIO SEAD/SE PE 236/2019 - SMP**, estabelecido na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Lavradio, n.º 71, sala 201/801, Centro, CEP 20.230-070, tendo como participantes a Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), líder do consórcio, com participação de